

RESENHA

GRUPO FRONTEIRA. *HISTÓRIA E MEMÓRIAS DAS TRÊS FRONTEIRAS: BRASIL, PERU E BOLÍVIA*. SÃO PAULO: EDUC/ PUC-SP, 2009. 278p.

*Maria Dulce Simões**

Este livro, agora publicado em português e com uma primeira edição em castelhano, evidencia a porosidade das fronteiras, tanto na perspectiva pluridisciplinar dos seus autores (Grupo Frontera, constituído por historiadores, antropólogos e ecólogos provenientes de seis universidades de três países), como na perspectiva territorial e social do objecto de estudo, a Fronteira Tripla (Brasil, Peru e Bolívia). Produto do trabalho de investigação empreendido entre 2006 e 2008, nele participam Laís Maretti, Cleto Barbosa e Jacó Piccoli (Universidade Federal de Acre, Brasil), Oscar Paredes Pando (Universidade Nacional de San Antonio Abad del Cusco, Peru), Celia Toledo Lucena (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), Rinaldo Arruda (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Eurípides Funes (Universidade Federal do Ceará) e José Maria Valcuende (Universidade Pablo de Olavide, Sevilla). A composição pluridisciplinar da equipa exigiu a construção de um texto comum, de maneira a assegurar a coerência global de um trabalho escrito por sete investigadores de diferentes áreas científicas. Segundo os seus autores, este livro representa um compromisso com os habitantes de Assis Brasil, Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia), dos quais recolheram apenas uma parte do riquíssimo legado histórico e social, “esta obra é, portanto, deles” (p.8).

Entrelaçando a história e a antropologia os autores analisam a formação da fronteira tripla (Brasil, Peru e Bolívia) ao longo do processo histórico, na qual convergem dinâmicas económicas, sociais e políticas impulsionadas por processos em escala regional, nacional e mundial. Processos geradores de fluxos e refluxos migratórios em nível local, fixando populações multiétnicas que moldaram a ocupação do espaço com base em diferentes formas de exploração dos recursos naturais. A exploração da borracha marca essa “fronteira em movimento”, mesclando indígenas, portugueses e espa-

* Doutoranda de Antropologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Investigadora do FCSH/CRIA, Bolseira da FCT.

nhóis, delineando a fronteira colonial. Posteriormente, outros recursos naturais atraem brasileiros, bolivianos, peruanos, japoneses e turcos em busca do ouro, contribuindo para a redefinição política das fronteiras, sempre instrumentalizadas ao longo do tempo pelas populações locais. Na fronteira tripla configuram-se e se articulam planos e interesses sobrepostos, expressos em conflitos entre Estados, entre velhos e novos colonizadores e entre populações locais e centros de poder. Nesse espaço fronteiriço confluem vários níveis de interação social, forjados em dinâmicas locais e supra locais, alianças e disputas económicas e políticas, evidenciando as contradições geradas entre as lógicas estatais e as lógicas locais.

Esse livro, estruturado em duas partes, centra a primeira na análise macro da evolução histórica e social da fronteira tripla estatal (Brasil, Peru e Bolívia) e a segunda, na análise micro da antropologia, nas povoações fronteiriças de Assis Brasil, Iñapari e Bolpebra, delineando o eixo discursivo articulador dessa obra na fronteira política e nas fronteiras sociais.

Na primeira parte, uma reflexão teórica sobre fronteiras salienta a importância do espaço e do tempo no processo de organização social e identitário das “comunidades locais”. Paralelamente, na articulação entre fronteiras territoriais e formas de vida emergem “culturas de fronteira” (VALCUENDE, 1998), entendidas no carácter plural atribuído ao significado de fronteira política pelas populações locais. Nesse processo, as populações instrumentalizam a fronteira em função de interesses concretos, activando a ideia de “comunidade nacional”, ou de “comunidade interfronteiriça”, reafirmando ou negando as fronteiras políticas, através de redes suprafronteiriças, activadas em momentos históricos concretos.

Com esses pressupostos os autores analisam as consequências territoriais e sociais da colonização dos povos da Amazónia na Fronteira Tripla, a transformação das velhas fronteiras indígenas em novas fronteiras impostas pelo domínio colonial e as estratégias de sobrevivência adoptadas pelos povos indígenas. Povos para quem o termo *amansar* significou sobreviverem expropriados da sua forma de vida, transfigurados na engrenagem da extracção da borracha (p. 44). Exploração económica reorganizadora do espaço e do quadro das relações sociais entre índios e novos imigrantes, geradora de redes de dependência e de dominação. Paralelamente, o etnocídio e o genocídio reforçaram a máquina destruidora da expansão extractiva dos seringais e os sobreviventes submeteram-se à exploração de uma minoria de novos proprietários de terras. Os emigrantes transformam-se em seringueiros, realizando batidas contra os índios, mas como deserdados acabam por conformar uma nova identidade, “os caboclos”, termo que “indigeniza os brancos e branqueia os índios” (p.45). Sob o jugo de novos códigos alteram o meio ambiente em busca de riqueza, encerrados numa rede de exploração desenfreada, sempre devedores do patrão. Porém, não desfiguram a paisagem de forma violenta e caótica como ocorrerá posteriormente na

fase da ocupação da Amazônia, quando a mineralização e a agropecuária rasgarem e despojarem a vegetação, assim como os próprios seringueiros e índios.

No século XIX os Estados ignoravam o princípio e o fim das linhas imaginárias, demarcando o império brasileiro do Peru e da Bolívia, perdidas na imensidão amazônica, partindo e repartindo as sociedades nativas ali estabelecidas. Contudo, o desenvolvimento da exportação da borracha no Brasil e o avanço dos seringueiros em território boliviano geraram conflitos, exigindo a redefinição das linhas delimitadoras entre as três nações, a fim de legitimarem a exploração dos seus recursos naturais. A fronteira, apesar de delimitada politicamente permanece todavia indefinida, numa perspectiva socioeconômica. A forte influência do Brasil na zona fronteira da Bolívia e do Peru, até há poucos anos, sofrerá uma mudança substancial devido a uma nova vaga de emigrantes, e progressivamente os distintos Estados assinalam estrategicamente sua posição em cada uma das áreas fronteiriças (p. 71-72).

As características da economia extractiva assentavam em relações de produção de carácter pré-capitalista, dificultando a emergência de um mercado interno e de uma burguesia regional capaz de propiciar a diversidade econômica. Por outro lado, a falta de incentivos governamentais, a ausência de técnicas de produção de cultivos, a escassez de capital e os custos de manutenção da produção da borracha agudizaram a crise econômica, apenas superada pela Segunda Guerra Mundial. Entre 1942 e 1945 doze mil “soldados da borracha” foram recrutados pelo Governo no Nordeste do Brasil, e explorados como no princípio do século. Esse novo fluxo de imigrantes nordestinos, imbuídos de sentimentos de heroísmo e patriotismo, trocava os perigos da frente de guerra na Europa pelos perigos da Amazônia, na qual perderam a vida 20 mil homens e 80% adoeceram. Muitos dos sobreviventes vivem hoje enfrentando outras lutas na fronteira tripla, tecendo vidas que cruzam e entrecruzam as vivências em terras fronteiriças, igualando brasileiros, peruanos e bolivianos como “companheiros de *estrada* e de exploração, e em função das relações de trabalho sempre mediadas pelo paternalismo” (p.81).

Nos finais dos anos 70 e anos 80, a extração do ouro e da madeira configurará uma nova paisagem nas entranhas da Amazônia, e uma presença mais efectiva dos Estados nacionais em toda a área fronteira. Com o ouro e a madeira chegam novos povoadores, imigrantes das zonas andinas e desalojados das zonas rurais sem condições econômicas de subsistência. Milhares de trabalhadores forçados à pluriactividade e à precariedade do trabalho no campo, nas minas, na madeira ou na castanha, condenados à miséria. A expressão: “o ouro vem da água e como a água ele se vai..” (p.85) sintetiza a condição precária destes homens, mais uma vez emaranhados numa rede de exploração, alimentada pelo sonho do “el Dorado”.

A segunda parte do livro constrói-se no presente, partindo das memórias e das vivências das povoações de Assis Brasil, Iñapari (Peru) e San Pedro de Bolpebra (Bolívia) para compreender o processo de interação social num tempo longo, e os diferentes significados de fronteira em função das conjunturas históricas. Nesse sentido, os autores analisam os percursos dos povos indígenas da Fronteira Tripla e o seu carácter binacional, ou trinacional, o caso dos Machineri e dos Yaminahua, para os quais a fronteira política representa múltiplas pertenças. Contextualizando as três localidades fronteiriças, descrevem-nos o sistema de relações interfronteiriças, e as transformações ocorridas nos últimos anos e, posteriormente, analisam a fronteira como recurso socioeconómico e simbólico das populações locais. Por último, analisam as fronteiras políticas e as fronteiras sociais partindo das práticas e das representações dos seus habitantes, forjadas em referentes identitários, com os quais se definem e são definidos em classificações que reproduzem e negam limites e fronteiras entre grupos, pertencentes ou não a diferentes países.

Para os autores a fronteira tripla constitui um caso paradigmático de uma “fronteira em movimento”, de uma fronteira aberta e porosa, modificada na sua demarcação pela mobilidade entre diferentes grupos étnicos. Consequentemente, os povos indígenas emparcelados pelos Estados nacionais assumem pertenças contraditórias como peruanos, bolivianos ou brasileiros, expressas em imagens e estereótipos definidores de fronteiras simbólicas, na luta pela sua legitimidade de “amazónicos”. Algumas populações indígenas desapareceram, outras foram deslocadas, mas a maioria está integrada na organização sociopolítica estatal. As relações entre as três localidades periféricas, com base em um sistema de “vasos comunicantes”, constituíram uma necessidade de sobrevivência para os seus habitantes, praticamente isolados do interior dos seus respectivos países.

Está-se assim perante uma obra fundamental para se entender como a transformação das fronteiras sociais contrasta com as lógicas dos Estados, para os quais a fronteira tem um carácter imutável, enquanto para as populações locais tem um carácter instrumental, alterando significados, sobretudo ao se tiver em conta a diversidade étnica e as relações transfronteiriças mantidas por estas populações.